

A TERRITORIALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS JAPONESAS E NIPO-BRASILEIRAS NO BRASIL*.

Adriano Amaro de SOUSA**

Resumo: Este artigo é um fragmento do trabalho final que foi desenvolvido durante a disciplina “*Capitalismo, Desenvolvimento Regional e Infra-estruturas no Brasil*” do programa de pós-graduação em Geografia e tem por objetivo fazer uma discussão sobre a territorialização das indústrias japonesas e (nipo)brasileiras no país. Inicialmente, abordamos as noções básicas do deslocamento humano do Japão para o Brasil, enfocando, que essa mobilidade para o trabalho era de cunho agrícola. Por outro lado, verificamos a gênese da industrialização japonesa balizada no militarismo imperialista e na consolidação das grandes corporações: do Zaibatsu ao Keiretsu. Analisamos, também, o processo de industrialização brasileiro pelo viés das indústrias japonesas e nipo-brasileiras, em diferentes tempos e recortes espaciais, mostrando, assim, a introdução de multinacionais nipônicas e as parcerias industriais Brasil-Japão. Por fim, verificamos o papel das indústrias nipo-brasileiras no processo de industrialização do Oeste Paulista pela dinâmica geo-histórica dando visibilidade para o trabalho e a ‘mobilidade social’ dos imigrantes japoneses e de seus descendentes (nipo-brasileiro).

Palavras-chave: capitalismo industrial tardio, industrialização, Japão, Brasil e nipo-brasileiro.

* O texto é um fragmento do relatório final apresentado na disciplina “*Capitalismo, Desenvolvimento Regional e Infra-estruturas no Brasil*”, ministrada pelo Prof. Dr. Márcio Rogério da Silveira no segundo semestre de 2007, no curso de Pós-graduação em Geografia da FCT/Unesp – Campus Presidente Prudente/SP.

** Economista pela TOLEDO/P.Prudente e Geógrafo pela FCT/Unesp-PP. Atualmente, mestrando no curso de Pós-graduação em Geografia da FCT/Unesp (Presidente Prudente/SP), bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet. Email: adramaro@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

A des-re-territorialização¹ da imigração japonesa para o Brasil está vinculada aos grandes movimentos migratórios internacionais ocasionados pelas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais da restauração *Meiji* (1868), que culminou na passagem de uma economia agrária-feudal para uma economia urbana-industrial, gerando, assim, uma força de trabalho excedente, logo desemprego e fome. Desse modo, o governo japonês estimulou a migração nipônica para outros países, em especial o Brasil, pela dinâmica do complexo cafeeiro que precisava de trabalhadores assalariados devido o fim da escravidão e as dificuldades crescentes com a mão-de-obra européia.

Os primeiros imigrantes japoneses, partiram do porto de Kobe no Japão em abril de 1908, no navio *Kasato Maru* com destino ao Brasil. Vieram, no total, 781 pessoas contratadas e 12 imigrantes livres, que foram recrutados no Japão pela empresa *Kokoku Shokumin Kaisha* (Companhia de Colonização Japonesa). Essa primeira leva de imigrantes desembarcou em junho do mesmo ano no porto de Santos, sendo levados para a hospedaria do imigrante e, posteriormente, encaminhados para as fazendas de café, no interior do Estado de São Paulo (SAITO, 1961).

A imigração japonesa no Brasil concentrou-se, principalmente, no Estado de São Paulo, mais especificamente na sua região metropolitana e no interior (regiões: Mogiana e Oeste Paulista). Além disso, instalou-se também na Amazônia e no Pará em meados da década de 1930, onde cresceram cultivando diversas culturas, em especial a pimenta-do-reino que capitalizou esses nipônicos na região Norte.

¹ A mobilidade humana para o trabalho está diretamente envolvida na produção do território por meio da TDR (desterritorialização, reterritorialização e territorialização), devido aos processos históricos desiguais determinados pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais (HAESBAERT, 2004). Para Saquet (2003), “simultaneamente, à desterritorialização dá-se a reterritorialização. São processos intimamente ligados na dinâmica socioespacial. Na primeira, há perda do território inicialmente apropriado e construído, a supressão dos limites, das fronteiras, como afirma Raffestin (1984), e na segunda, uma reprodução de elementos do território anterior, pelo menos, em algumas das suas características. O velho é recriado no novo, num movimento que representa as forças sociais, em que um dos papéis do Estado é justamente a reterritorialização, acontecida com os [japoneses] no Brasil e com as migrações internas”.

Nessa perspectiva, o Japão e o Brasil aderiram o capitalismo industrial tardiamente², somente no final do século XIX, que o processo de industrialização foi efetivado timidamente. As relações diplomáticas e econômicas entre esses dois países deram-se pelo *Tratado de Amizade Comércio e Navegação* assinado em Paris, em 5 de novembro de 1895. Essas relações bilaterais foram concretizadas inicialmente com a imigração do trabalhador assalariado japonês para o Brasil em 1908 até o pós II Guerra Mundial. Posteriormente, na década de 1970-80, o relacionamento entre Brasil e Japão passou simplesmente a ser centrado nos investimentos e cooperação econômica, além de intercâmbios esportivo, cultural e trabalho (os *dekasseguis*).

O enfoque principal deste artigo é a análise da territorialização das empresas japonesas e nipo-brasileiras no Brasil. Mais precisamente, o modo peculiar de como essas relações empresariais contribuiu para o processo de industrialização do território brasileiro. Além do mais, analisaremos o papel dos nipo-brasileiros no setor secundário do país.

A industrialização japonesa: do Zaibatsu ao Keiretsu.

O capitalismo industrial tardio japonês emergiu após a Restauração Meiji (1868) balizado nos impostos territoriais, na industrialização e na expansão territorial. Tinha característica militar imperialista. De modo geral, a Era Meiji foi a transição da economia agrária feudal (governo Tokugawa) para uma economia industrial capitalista (governo Meiji). Nela ocorreu a abertura do mercado japonês. Essas mudanças mexeram nas estruturas políticas e sociais devido as pressões estrangeiras (Estados

² O capitalismo tardio segundo Mendel (1946-1972), ressurgiu na fase da Terceira Revolução Tecnológica (microeletrônica, informática e telecomunicações), onde os mercados foram ampliados e estiveram baseados em investimentos diretos externos, além disso ocorreu o crescimento do capital financeiro e do Estado do Bem-Estar-Social (keynesianismo). Foi nessa fase que o capital industrial japonês e brasileiro atingiu o grau máximo do processo de industrialização, passando, assim, a ter no seu parque industrial indústrias de bens de consumo duráveis, indústrias intermediárias e indústrias pesadas (bens de consumo não duráveis). Em poucas palavras, esses dois países se diferenciaram no que tange ao processo de industrialização, mas ambos se desenvolveram com a ajuda de capitais externos, o Japão investiu nas grandes empresas familiares (Zaibatsu e Keiretsu) e o Brasil iniciou com o Estado promovendo o setor industrial em seguida atribuiu a tarefa para as multinacionais assumirem esse papel.

Unidos, Inglaterra, Rússia, Holanda, França e Portugal) que procuravam ampliar seus mercados no Sudeste Asiático³.

Ademais, a escassez de matéria-prima (ferro e carvão) para as indústrias e a falta de recursos financeiros no setor secundário, levaria o capitalismo nipônico às conquistas territoriais (China, Coréia, Formosa, Manchúria e Rússia). Por outro lado, conforme Okabe (1974), a militarização da economia durante a guerra, absorveu 70% do orçamento, comprometendo, assim, o crescimento das indústrias estratégicas. Depois da guerra a economia voltou a crescer 3,5 vezes e o setor que se destacou foi o manufatureiro.

A industrialização deu-se pela iniciativa do governo que construiu algumas fábricas modernas e ampliou outras (de armamentos e siderúrgicas)⁴. O governo concedia uma grande quantidade de subsídios à iniciativa privada. Ele construiu as fábricas modelo, adotando tecnologia ocidental, visando estimular as manufaturas privadas de fios de seda, pois o aumento da produção diminuiria o grande déficit da balança comercial. Logo, a produção de algodão superou as importações consolidando a indústria têxtil. Posteriormente, a base da acumulação do capital industrial era representada pela produção têxtil, esta se consolidou como uma estrutura econômica e social em 1897 a 1907. Em síntese, segundo Okabe (1974), o capitalismo japonês deu-se de “cima” para “baixo”, da seguinte forma: a) foi estabelecido sem haver liquidado as formas feudais de produção; b) caracteriza-se pelo grande peso das atividades bancárias e comerciais; e, por último c) pelo poder militar imperialista.

Na primeira fase da industrialização, continuaram tão pobres os camponeses que não podiam comprar os novos produtos manufaturados e, em particular, os produtos têxteis. Demasiado explorados pelo sistema, não podiam oferecer, ao mesmo tempo, uma força de trabalho barata e um novo mercado. Mas a indústria japonesa não tardou a encontrar uma saída para os mercados externos, graças aos seus salários, anormalmente baixos em relação aos dos países ocidentais. Os custos da produção japonesa eram inferiores aos dos concorrentes ocidentais (NIVEAU 1969, p. 122).

³ Segundo Niveau (1969), os antecedentes da Era Meiji foram ocasionados pelos *daimios* (nobres) que eram contra os estrangeiros. Com isso, os franceses e norte-americanos bombardearam o Japão fazendo com que o imperador assinasse o tratado pelo qual o país perdia a autonomia alfandegária. Posteriormente, ocorreu a derrubada da família Tokugawa e os *daimios* do Sudoeste (Satsuma, Cho-su, Tosa e Hizen) assume o poder em 3 de janeiro de 1868.

⁴ A industrialização era o principal objetivo do governo para conquistar a sua independência econômica e política.

Os Zaibatsus foram os principais conglomerados econômicos a receberem os subsídios fornecidos a iniciativa privada. Segundo Silva (2007), os nobres e os grandes comerciantes se beneficiariam dos subsídios e das aquisições de fábricas⁵ (a preços baixos). O Estado investiu nesses poderosos grupos industriais-financeiros de origem familiar, visando o desenvolvimento dos setores estratégicos, em especial da indústria pesada (ferro, aço, construção naval). Assim, os quatro grandes Zaibatsus eram Mitsui (banco), Yassuda (indústria naval), Mutisubishi (banco) e Sumimoto (minas de cobre), além deles se destacaram ainda os Zaibatsus Okura (fabricação de armas), Furukawa (minas de cobre), Kuhara (minas de prata), Suzuki (óleo, siderurgica e refino), Fujita (alimentação e engenharia civil) e Asano (abastecimento de gás, carvão e cimento). Enfim, os Zaibatsus eram os pilares do forte processo de industrialização do governo militarista japonês.

De modo geral, o crescimento econômico do Japão no final do século XIX deu-se pelas exportações da seda, do chá, do cobre e do carvão. Posteriormente, a produção das indústrias de transformação superou a produção primária no período da I Guerra Mundial. Para Niveau (p. 126), *entre 1885 e 1935 a produção total quadruplicou; o que representa uma taxa média de 3,3%; [...] o Japão não sofreu, de maneira alguma, os efeitos da depressão de 1929-1933, que paralisou as atividades econômicas dos países ocidentais*. O desenvolvimento econômico japonês balizado na industrialização foi rápido e contínuo até o final da década de 1930, seguindo o caminho prussiano, apresentando fortes traços de relações feudais.

Na década de 1940, o Japão entrou na II Guerra Mundial ao lado dos *Estados Autoritários* Alemanha-Itália-Japão, com o fito de manter a recuperação econômica, por isso empenhou-se em transformar a China e o Sudeste Asiático em suas colônias (devido o acesso as fontes de matérias-primas). Nesse período, ocorreu o ataque norte-americano com as bombas atômicas sobre o Hiroshima e Nagasaki, caracterizando, assim, a rendição dos japoneses e o término da guerra (1945).

A derrota na Segunda Guerra Mundial traduziu-se *ipso facto* no colapso do imperialismo japonês, e a ocupação norte-americana completou essa tarefa ao destruir as estruturas organizacionais do nacionalismo e do militarismo. Esses

⁵ *As onze principais empresas estatais foram transferidas para as mãos de Mitsui, Mitisubishi, Kawasaki, Furukawa e Asano* (OKABE, p. 58).

foram pré-requisitos do novo sistema político japonês do após-guerra, mas o contexto que finalmente lhe permitiu atingir seu trunfo pleno foi a recuperação da economia mundial, patrocinada pelo Estados Unidos (ARRIGHI, 1996, p. 352)

A ocupação norte-americana no Japão liderada pelo general Douglas Mac Arthur tratou de certo modo de desmontar os Zaibatsus, por verem neles a expressão econômica de uma sociedade imperialista e não-democrática, que futuramente pudesse vir a competir com as empresas norte-americanas. Porém, emergiu no pós-guerra uma estrutura empresarial formada por grupos de empresas (familiares e sociedades anônimas), denominada de Keiretsu⁶. Assim, o Keiretsu é um desdobramento do Zaibatsu, a diferença é que ele tem uma estrutura mais horizontal, com uma cadeia de subordinação mais curta.

O Keiretsu é um conjunto de empresas com relações entre si. Há uma forte sinergia entre banco-indústria. Nada parecido com os conglomerados empresariais existentes em outros países. O Keiretsu é muito maior (mais abrangente) e atua em praticamente todos os setores da economia. Um único conglomerado produz de alimentos a aço, de carros a satélites. Das centenas existentes no Japão, os seis principais são: Mitsui, Mitsubishi, Fuyo, Sanwa, Dai-ichi e Sumitomo (ver quadro 1). Para Chesnai (1996), esses grupos industriais e financeiros são altamente diversificados, mas com estrutura frouxa e muito descentralizada. Além do mais, eles mantêm uma gama de relações de cooperação (intra-grupo) e terceirização.

Quadro 1: Os seis principais Keiretsu do Japão.

Mitsui	Mitsubishi	Sumitomo
Banco Sakura	Banco Mitsubishi	Banco Sumitomo
Seguradora Mitsui	Seguradora Meiji	Seguradora Sumitomo
Mitsukoshi (comércio)	Mitsubishi (comércio)	Sumitomo (comércio)
Mitsui (construção)	Mitsubishi (construção)	Sumitomo (construção)

⁶ As empresas japonesas desenvolveram-se “graças” ao patrocínio norte-americano. “Ao todo no período de vinte anos entre 1950-70, ajuda norte americana aos japoneses somou uma média de US\$ 500 milhões por ano”(ARRIGHI, 1996, p. 353). Devemos ressaltar que, esse período foi de crise para a indústria, em especial para Toyota que sofreu uma séria crise financeira ocasionada pela ineficiência no processo produtivo, pelo sindicalismo, pelos descumprimentos de prazos de entrega e pela reestruturação imposta por um banco frente a falência. Essas pressões sobre o custo de produção levaram à medidas originais, comprometimento dos funcionários (estimulados pelo emprego vitalício, gratificações e bônus) ao novo modelo de organização e produção flexível (SILVA, 2007).

Toyota (automóveis)	Mitsubishi (automóveis)	Sumitomo ind. Pesadas)
Toshiba (eletrônicos)	Mitsubishi (eletrônicos)	NEC (eletrônicos)
Ishikawajima (ind. Pesadas)	Nikon (eletrônicos)	Mazda (automóveis)
Mitsui (imóvel)	Kirin (bebidas)	Sumitomo (prod. Químicos)
Fuyo	Sanwa	Daí-Chi
Banco Fuji	Banco Sanwa	Banco Daí-ichi Kangyio
Seguradora Yasuda	Sharp (eletrônicos)	Fujitsu (eletrônicos)
Tobu Railway (ferrovias)	Takashimaya (comércio)	Seibu (comércio)
Taisei (construção)	Sekisui (construção)	Shimizu (construção)
Nissan (automóveis)	Daihatsu (automóveis)	Isuzu (automóveis)
Canon (eletrônicos)	Kyocera (eletrônicos)	Kawasaki (ind. Pesadas)
Japan Steel (aço)	Hitachi (eletrônicos)	Shiseido e Lion (cosmét.)
Sapporo (bebidas)	Suntory (bebidas)	Tokyo Dome (estádio)

Fonte: Revista Made in Japan, ano 1, ed. Out/1997, pág. 60.
Organizador: Adriano Amaro de Sousa

Foi dentro de um Keiretsu, o Mitsui na fábrica da Toyota, que foi elaborada essa nova estrutura empresarial que impulsionou a III Revolução Industrial, chamada de toyotismo. Segundo Coutinho (1992), suas principais características são:

[...] cooperação, coordenação, qualidade, valorização dos recursos humanos, descentralização de responsabilidades com participação dos trabalhadores, elevado nível de qualificação, interação em P & D, produção, marketing, diferenciação de produtos em atenção as preferencias dos usuários, utilização de técnicas de acumulação flexível – viabilizando a customização em massa da oferta de produtos (p. 77).

Nessa perspectiva, a estratégia de centralização em grupos multisetoriais dinâmicos facilita promover as relações de cooperação e inovação, caracterizando, assim, o diferencial competitivo dos Keiretsus⁷. O modelo toyotista de *acumulação flexível* despertou grande interesse nos industriais norte-americano e europeu, devido o seu alto grau de produtividade, competitividade e eficiência. Além do mais, esse paradigma influenciou todo um modo de pensar de forma global ultrapassando o processo produtivo chegando até a filosofia e as artes.

A *acumulação flexível*, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

⁷ Os países beneficiados pela acumulação (exportações de capitais) toyotista tornaram-se parceiros do Japão os Tigres asiáticos (Cingapura, Honk Kong, Formosa e Coréia do Sul).

Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compreensão do espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transportes possibilitou cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (HAVERY, 1983, p. 140).

Assim, a crise do fordismo era de acumulação. Com isso, as grandes corporações passaram por um processo de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho, para serem competitivas e lucrativas. As mudanças ocorreram na base tecnológica, na linha de produção, nos nichos de mercados, na dispersão geográfica das empresas (em áreas de baixo controle de trabalhista), também houve as fusões de indústrias e medidas de aceleração do tempo do capital, essas foram estratégias que as transnacionais fizeram para voltarem a manter(em) os seus monopólios/oligopólios. Tudo isso se deve a *acumulação flexível* que sempre esteve estruturada na desregulamentação, na informação e na inovação financeira.

Vivemos na atualidade um novo paradigma industrial a automação integrada flexível que é a fusão da mecânica com a eletrônica digital. Essas transformações, juntamente com outras (globalização, estratégias empresariais e alianças tecnológicas), geram uma profunda reestruturação no setor industrial de bens de capital e serviços (COUTINHO, 1992). Essas transformações deram-se no capitalismo industrial japonês, iniciada na industrialização imperialista nipônica até a *acumulação flexível* na fábrica da Toyota.

As empresas japonesas lideram o rol dos seletos países que estão na ponta da alta tecnologia. Assim, com a internacionalização da industrialização em países periféricos, com as parcerias no setor produtivo Brasil e Japão, e com as indústrias dos imigrantes japoneses podemos analisar na próxima seção o papel do nipo-brasileiro no processo de industrialização do Brasil.

A industrialização brasileira pelo viés das empresas japonesas e nipo-brasileiras.

O capitalismo industrial tardio brasileiro iniciou-se em meados das décadas de 1880-1890, por meio dos capitais advindos da superprodução produção cafeeira e das iniciativas dos imigrantes europeus, que impulsionaram aqui o processo de industrialização.

Os imigrantes (italianos) inseriram-se na economia cafeeira paulista no final do século XIX, como: 1) colonos, com capacidade produtiva e de consumo superior aos escravos; 2) pequenos negociantes artesanais e comerciais; 3) grandes comerciantes, exportadores de café ou importadores. Esses imigrantes com capitais modestos levantaram grandes impérios industriais. Em 1935, eles detinham a maioria das indústrias paulistas. (MAMIGONIAN, 1976). Ademais, os imigrantes (trabalhador assalariado), a propriedade privada (lei de Terras 1950) e a monocultura (cana-de-açúcar) estruturaram o modo de produção capitalista no país.

A década de 1930 foi o marco do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, tendo como paradigma, a mudança da hegemonia do modelo agrário-exportador para o modelo urbano-industrial. Desse modo, a industrialização emergiu como o viés de substituição de importações, após o *crack* da Bolsa de Nova York.

A crise de 1929 e sua recuperação provocariam o deslocamento do eixo dinâmico da acumulação, do setor agroexportador para o industrial. Desarticulando o comércio exterior, isto causaria forte reversão no abastecimento interno: as restrições às importações forçariam a periferia nacional a importar, agora, produtos manufaturados de São Paulo; este, por sua vez, deveria, crescentemente, importar mais matérias-primas e alimentos de outros estados. Passava-se, portanto, a integrar o mercado nacional sob o domínio de São Paulo. À periferia, nada mais restava do que se ajustar a uma função complementar da economia de São Paulo, embora mantendo ainda sua antiga dependência do exterior, através de suas exportações tradicionais (CANO, 1998, p. 63).

Foi em 1933, que a economia brasileira começou a se recuperar da crise de 1929, por meio do setor industrial, que passou a comandar o processo de acumulação de capital. A *substituição de importações* visou expandir a industrialização para além dos ramos têxtil e alimentício, procurando trabalhar com atividades industriais

mais complexas, como química, metalúrgica, plástico, material de transporte, mecânica, borracha e material elétrico.

Assim, a indústria nipo-brasileira tem como motivação a substituição de importações. Esse foi campo fértil para o desenvolvimento das indústrias japonesa no país, devido a formação e consolidação do mercado interno. Nessa fase, a corrente imigratória japonesa de 1926 a 1935 atingiu o seu ápice com chegada de 132.729 pessoas, que foram encaminhadas para fazendas no interior do Estado de São Paulo para trabalhar na lavoura de café⁸. Muitos desses imigrantes conseguiram acumular capital e adquirir um sítio ou um pequeno comércio na cidade, tempos depois alguns montaram a sua pequena unidade fabril artesanal. Foi no período da II Guerra Mundial que esses imigrantes japoneses iniciaram os seus empreendimentos industriais. Hoje algumas dessas indústrias nipo-brasileiras são grandes grupos que atuam em diversos setores estratégicos da economia nacional (ver quadro 2).

A partir da década de 1930, o fenômeno da urbanização se intensificou e, posteriormente, se acelerou devido às mudanças na estrutura produtiva. Já na década de 1950, a indústria brasileira superou sua característica de industrialização restringida e passa para a fase da industrialização pesada (Plano de Metas)⁹; onde ocorreu a entrada de grandes multinacionais, em especial, a indústria automobilística como carro-chefe. A internacionalização da economia buscava a reprodução ampliada do capital com a expansão do mercado devido os períodos de guerras. Assim, ocorreram as exportações de capitais produtivas do centro do sistema capitalista para a periferia.

Segundo Corrêa (2001), a grande corporação passou a se constituir após a Segunda Guerra Mundial pelas conseqüências da nova divisão internacional do trabalho, pela espacialização sincrônica, pelo comércio internacional entre as subsidiárias de uma mesma corporação, pelas cidades médias que são sedes das grandes corporações que atuam como centro de gestão econômica e territorial de amplas áreas do globo. Tais corporações atuam em uma ampla escala de operação (manipulam matérias-primas, bens intermediários e produtos finais), possui uma

⁸ O total da corrente imigratória japonesa desde 1908 até 1975 foi de 250.209 pessoas, porém o período de 1926-35 veio 53% esta fase foi a mais dinâmica da corrente.

⁹ É válido ressaltar, que nessa fase o Estado investiu diretamente no desenvolvimento do setor industrial, com políticas voltadas para infra-estrutura (ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, sistemas de comunicação, energia), fiscal (concessões de capital e isenções de taxa) e empresas estatais.

natureza multifuncional (concentração horizontal/vertical e conglomerado) e apresenta diferentes níveis de desenvolvimento tecnológico no processo de acumulação do capital. As grandes corporações desempenham um papel fundamental na organização do espaço, por isso exerce um poder de pressão econômica e política visando o controle territorial, esse poder ocorre devido as múltiplas localizações e, também, pelas dinâmicas dos fluxos de capitais e mercadorias dessas multinacionais.

Quadro 2: As principais indústrias nipo-brasileiras.

Os maiores empreendimentos dos imigrantes (Cz\$ milhões de 1986)		
Nome	Receitas	Setor
Coopercotia	10.315	Alimentos
Bco. América do Sul	7.044*	Banco
Coop. Sul Brasil	1.180	Alimentos
Moeda	1.100**	Agropecuária
Matsubara	1.080**	Agropecuária
Cotia Créd. Rural	1.063	Coop. Crédito
Takenaka	859	Fertilizantes
Oleos Pacaembu	852	Alimentos
Sansuy	799	Plásticos
Nakata	703	Mecânica
T. Tanaka	703	Importação
Motorádio	637	Eletroeletrônica
N. Sra. Da Penha	512	Ind. Papel
Jacto	481	Mecânica
Kitano	427	Alimentos
Gyotoku	420	Cerâmica
Ito Ovos	406	Alimentos
Bratac	380	Fiação de seda
Papelok	313	Ind. Papel
Granja Saito	305	Alimentos
Referências		

Nessa perspectiva, uma grande corporação japonesa se aproxima do Brasil e ambas fundam a Usiminas na década de 1940, uma empresa de suprimento de aço composta de capitais privados japoneses com capital estatal brasileiro. A empresa Usiminas abre as portas para outras associações de capitais japoneses no Brasil. Entre elas destacam-se a Companhia Siderúrgica de Tubarão controlada pela estatal Sidebrás, a Cenibra e a Nibrasco administrada pela Companhia Vale do Rio Doce,

entre outras *joint ventures* que ocorreram entre o Japão e Brasil depois de 1986 (ver o quadro 3).

Quadro 3: As parcerias produtivas entre Brasil e Japão.

As maiores joint ventures nipo-brasileiras (Cz\$ milhões de 1986)		
Nome	Receita	Controle
Usiminas	14.582	Siderbrás
CST	7.972	Siderbrás
Sharp	3.666	Grupo SID
Nibrasco	1.967	CVRD
Cenibra	1.721	CVRD
Politeno	1.546	Petroquisa
Semp-Toshiba	1.419	Affonso B. Hannel
Polialden	1.274	Conespar
Springer-National	1.262	Springer
NEC	782	Globo
<i>Fonte – Exame</i>		

Na década de 1960, ocorreu uma desaceleração do crescimento econômico provocado por crises político-econômicas (emissão de moeda e a ditadura) do governo Vargas e Kubitschek. No entanto, a economia brasileira volta a crescer em 1973, com o “*Milagre Econômico*” devido às alterações na estrutura industrial, ocasionada pelo avanço da modernização tecnológica e da internacionalização da economia brasileira. Tal crescimento industrial ocorreu devido ao endividamento externo. O tripé da economia brasileira teve assentado na empresa estatal, no capital estrangeiro e no capital nacional. Foi nessa fase que as empresas de capitais japoneses passaram a investir no país, instalando suas filiais no setor produtivo (ver quadro 4).

Na década de 1980, o modelo de substituição de importações entra em colapso, devido às crises internacionais (choque do petróleo, Guerra do Vietnã, modelo de regulação, entre outras) e nacionais (dívida externa, inflação e desemprego). Com isso, surgiu um novo modelo de desenvolvimento econômico pautado numa nova ideologia denominada de neoliberalismo. Nessa perspectiva, a base produtiva sede lugar para a especulação financeira, consolidando, assim, o capitalismo financeiro.

Quadro 4: As grandes empresas japonesas no Brasil.

As maiores empresas japonesas no Brasil (Cz\$ milhões de 1986)		
Nome	Receita	Setor
National	2.633	Eletroeletrônica
Ishibrás	2.315	Const. Naval
Moto Honda	2.116	Mat. Transporte
Mitsui Yoshioka	1.253	Alimentos
Kanebo	1.212	Têxtil
Furukawa	1.193	Metalurgia
Toyobo	1.079	Têxtil
Fert. Mitsui	1.012	Química
Rio Negro	869	Metalurgia
Yanmar	786	Mecânica
CBC	665	Metalurgia
Kurashiki**	634	Têxtil
Yakult	595	Alimentos
NGK	587	Metalurgia
Komatsu	585	Mecânica
Fuji Photo	550	Química
Mitsui	542	Comércio
Yamaha	534	Mat. Transporte
IKK Yoshida	527	Metalurgia
Sanyo	512	Eletroeletrônica
* <i>estimativa</i>		
** <i>Cotonifício e Lanifício</i>		
<i>Fonte – EXAME Seleções Econômicas</i>		

A crise dos anos 1990 e o processo de abertura da economia ao mundo globalizado dos mercados, a indústria nacional e a nipo-brasileira tiveram que se adaptarem as novas exigências de competitividade, buscando, estratégias industriais pautadas na racionalização no uso dos fatores, na informatização dos processos produtivos, automação industrial, terceirização das atividades principais e secundárias, novas formas de organização do trabalho na fábrica, etc. Todas essas medidas foram tomadas pela reestruturação produtiva com o fito de sobreviver à recessão econômica dos anos 1990. Em 2000, essas indústrias buscam priorizar maior qualidade e produtividade para concorrer com outros mercados e se tornarem mais competitivas. Para isso, investem em novas tecnologias para garantir o aumento da produtividade, de forma a proporcionar maior qualidade de seus produtos. Tais investimentos vão desde o setor produtivo até as políticas de recursos humanos e marketing.

De modo geral, no final do século XX e início do século XXI, os investimentos japoneses no Brasil que mais se destacaram foram no setor

automobilístico com as empresas Honda, Komatsu, Mitsubischi Motors, Nissan, Toyota. Essas montadoras visam o mercado interno brasileiro e o Mercosul. Visualizam, também, a possibilidade de exportar para outros países. Enfim, o futuro dos investimentos japoneses no Brasil está balizado pela expectativa da implantação do sistema brasileiro de TV Digital (de tecnologia japonesa).

A importância do nipo-brasileiro no processo de industrialização do Oeste Paulista.

A indústria nipo-brasileira está balizada pela marcha do café para o Oeste, pela ferrovia, pela economia algodoeira, pela venda de lotes e terras (rural e urbana), em especial pela poupança dos nipônicos que acumularam o seu capital na lavoura e, posteriormente, investiram no comércio ou na pequena unidade fabril (ver quadro 5 e o mapa 1).

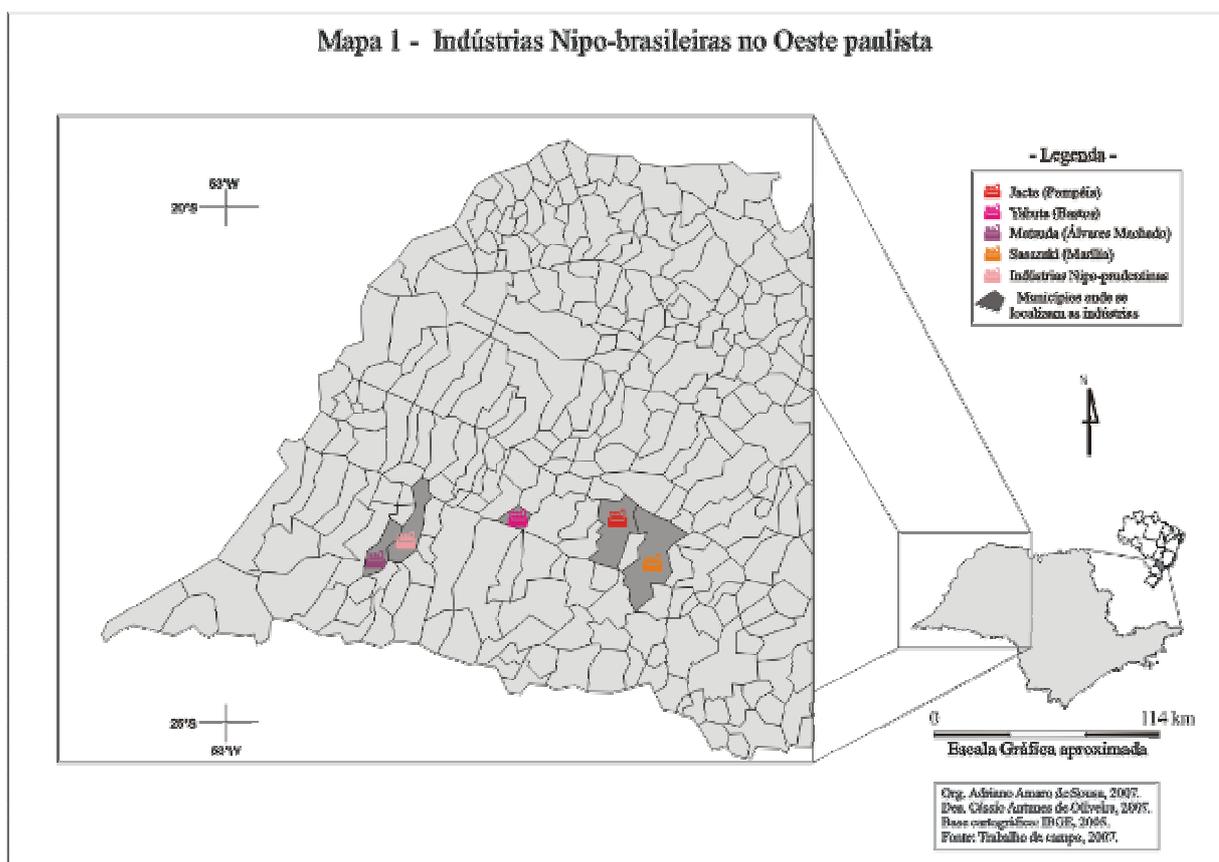
Quadro 5: As indústrias nipo-brasileiras no Oeste Paulista.

Indústria	Fundador da Indústria	Chegada no Brasil	Instalação da Indústria	Ramo de Atividade	Localização Industrial	Origem Japonesa
Alimentos Wilson Ltda.	Motoichi Oki	1934	1945	Alimentos e bebidas	Pres. Prudente	Issei (1ª geração)
Bebidas Asteca Ltda.	Keneti Fukuhara Massami Honda	1913	1948	Bebidas e molhos	Pres. Prudente	Issei (1ª geração)
Bebidas Funada Ltda.	Mappei Funada	1932	1947	Refrigerante	Pres. Prudente	Issei (1ª geração)
Matsuda Imp. Ltda.	Shichiro Matsuda	1935	1948	Sementes	Álvares Machado	Issei (1ª geração)
Sakura Nakaya Ltda	Hidekazu Nakaya Suekichi Nakaya	1932	1950	Alimentos e molhos	Pres. Prudente	Issei (1ª geração)
Máq. Agr. Jacto S/A	Shinji Nishimura	1932	1948	Equipamentos agrícolas	Pompéia	Issei (1ª geração)
Sasazaki Ind. C. Ltda.	Kosaku Sasazaki Yusaburo Sasazaki	1932	1943	Esquadilhas metálicas	Marília	Issei (1ª geração)
Granja Yabuta Ltda.	Rokunossuke Yabuta	1929	1947	Granja avícola	Bastos	Issei (1ª geração)

Fonte: FIESP/CIESP.
Organizador: Adriano Amaro de Sousa.

As indústrias do Oeste Paulista, de certo modo, foram fomentadas pelas iniciativas de imigrantes japoneses e italianos, estes começaram com as suas pequenas atividades artesanais na década de 1940, ligadas ao ramo da alimentação e

bebidas, atendendo ao mercado local/regional. Posteriormente, dessas indústrias, destacaram-se as empresas japonesas na produção de molho de soja, bebidas, granja avícola, fiação de seda, ferramentas e equipamentos agrícolas. Juntamente com essas indústrias nipo-brasileiras, outras se expandiram, dando uma nova dinâmica à industrialização regional, que ao longo do tempo, foi se especializando na produção de alguns tipos de alimentos e de venezianas (janelas metálicas) em Marília/SP, molho de soja e bebidas em Presidente Prudente/SP, agroindústria de granja avícola em Bastos/SP, sementes e nutrição animal em Álvares Machado/SP e equipamentos agrícolas em Pompéia/SP.



Os empresários industriais nipo-brasileiros no Oeste Paulista, de modo geral, não eram agricultores em seu país de origem. Por isso, alguns deles conseguiram reproduzir no Brasil as velhas atividades que eram tradições familiares no Japão, como trabalhar com bebidas (de saquê no Japão para água ardente no Brasil),

shoyu (molho de soja) e fiação de seda. Enfim, os nipônicos que se tornaram capitalistas souberam aproveitar a dinâmica econômica década de 1940-50, que consolidaram a formação do mercado interno das cidades do interior paulista, montando pequenos comércios e unidades fabris artesanais.

Em poucas palavras, o processo de industrialização regional iniciou-se com os imigrantes e foi pouco expressivo em relação às outras atividades econômicas (agricultura, comércio e serviços) em nível regional, estadual e nacional. Por outro lado, os empresários regionais não investiam no setor industrial, mas, no setor agropecuário e imobiliário urbano devido a facilidade de ganhos monetários e do baixo risco financeiro. Contudo, incentivavam os investimentos externos na industrialização regional, porém, os próprios empresários não se arriscavam diretamente no setor industrial.

Diante desse quadro, surge o imigrante japonês interessado no setor industrial, diferentemente de outros empresários regionais, que propagavam o discurso industrializante, mas investiam em outros setores. Por isso, é importante conhecer a história da indústria e do industrial nipo-brasileiro no Oeste Paulista, porque ela se mistura com a gênese da história da industrialização no Oeste, que teve seu início na década de 1940.

Conclusão

Podemos sintetizar que, a territorialização das indústrias japonesas no Brasil deu-se pelo movimento da história do capitalismo no século XX, que abriu a possibilidade para novas formas de comércio e internacionalização produtiva. Como consequência disso, temos as indústrias nipo-brasileiras que iniciaram de forma modesta as suas unidades fabris artesanais devido as iniciativas/desejos dos imigrantes japoneses em se tornarem trabalhadores autônomos, por isso se tornaram inicialmente pequenos empresários urbanos e, posteriormente, alguns deles se destacaram como uma grande unidade produtiva nacional. É válido ressaltar que, a

conjuntura da época favoreceu o crescimento dessas empresas nipo-brasileiras devido a gênese da formação do mercado capitalista no interior do Estado de São Paulo.

Na geo-história da industrialização brasileira as indústrias nipo-brasileiras iniciaram anteriormente a consolidação da *substituição de importações*. Elas se destacaram no predomínio dos insumos e produtos agropecuários. As parcerias produtivas entre Japão e Brasil estavam balizadas em insumos básicos (ferro, aço, plásticos, petróleo) e sinalizam uma tendência da dinâmica do setor industrial assentada no capital estrangeiro. Foi na década de 1970, que as maiores empresas japonesas se instalaram no país devido a política industrial de modernização tecnológica e da internacionalização da economia brasileira.

Concluindo, as indústrias nipo-brasileiras dos imigrantes japoneses e seus descendentes têm uma dinâmica produtiva baseada nos produtos agropecuários. Já as empresas advindas de capitais japoneses (estrangeiros) procuram investir na indústria metal-mecânica. As indústrias de capitais estrangeiros vêm assumir (na época do milagre econômico) a frente das indústrias de bens de capital que até então era dinamizada pelas empresas estatais. Couberam as indústrias nacionais, dentre elas as empresas nipo-brasileiras, a tarefa de levarem as indústrias de bens de consumo não duráveis.

Referências bibliográficas

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. Unesp, 1996.

AMSDEN, Alice H. A difusão do desenvolvimento: o modelo de industrialização tardia e a Grande Ásia Oriental. **Revista de Economia Política**, vol. 12, n 1 (45), janeiro-março de 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação e espaço: uma nota. In: **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CHESSNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e tecnológica. **Revista Economia e Sociedade (IE)**, Campinas, n. 1, agosto, p. 69-88, 1992.

HIVERY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

HIRATA, Helena & ZARIFIAN, Philipe. Força e fragilidade do modelo japonês. **Estudos Avançados**, São Paulo, 12 (5), p. 178-184, 1991.

MANDEL, Ernest. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **A origem do capital**. São Paulo: Fulgor, 1964.

_____. **O capital I**: crítica da economia política. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1983. (Os Economistas)

MELO, João Manuel Cardoso de. **Capitalismo tardio**: contribuição a revisão da formação e do desenvolvimento. Campinas: Unicamp (IE), 10 edição, 1998.

MOREIRA, Rui. Os períodos técnicos os paradigmas do espaço do trabalho. **Revista Ciências Geográficas (AGB)**, Bauru, ano VI, vol. II, n.16, p. 4-8.

NIVEAU, Maurice. **História dos fatos econômicos contemporâneo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

OKABE, Hiroji. Algumas reflexões sobre a formação do capitalismo japonês. In: **Argumento**: revista mensal de cultura, n. 3, ano 1, p. 51-65, 1974.

RESENDE, Cyro. **História econômica geral**. São Paulo: Contexto, 1995.

SAITO, Hiroshi. **A presença japonesa no Brasil**: estudos de mobilidade e fixação. São Paulo: USP, 1961.

SILVA, Marcos Aurélio da. Japão: Revolução passiva e rivalidade imperialista. **Cadernos Geográficos** (UFSC), Florianópolis, v.1, p. 48-66, 2007.